

Processo Judicial Eletrônico -  
TREINAMENTO

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª  
REGIÃO  
VARA DO TRABALHO DE CAJAZEIRAS

**PODER JUDICIÁRIO**

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

**VARA DO TRABALHO DE CAJAZEIRAS-PB**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

**EDITAL DE ALIENAÇÕES JUDICIAIS E INTIMAÇÃO**

O Dr. **CLÁUDIO PEDROSA NUNES**, Juiz do Trabalho da Vara do Trabalho de Cajazeiras, no uso de suas atribuições legais, faz saber a quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento que o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO – PB disponibilizará nas modalidades de alienação judicial, sob as condições adiante descritas, os BENS PENHORADOS NAS EXECUÇÕES MOVIDAS PELOS EXEQÜENTES DOS PROCESSOS ABAIXO MENCIONADOS, NA FORMA QUE SEGUE:

**MODALIDADE:** Alienação por iniciativa particular, e caso infrutífera, hasta pública subsequente e permanente, ambas sempre através da rede mundial de computadores (internet), por meio do sítio eletrônico [www.leiloespb.com.br](http://www.leiloespb.com.br), a ser realizado sob a responsabilidade do leiloeiro oficial designado por este regional abaixo nomeado e nos moldes a seguir descritos.

**LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL:** CLEBER MELO, COM ENDEREÇO À RUA DAS MANGUEIRAS, 182, INTERMARES, CABEDELO-PB, CEP 58.310-000, TELEFONE (083) 3045-9205 E 8725-4735. E-MAIL: [clebermelo@leiloespb.com.br](mailto:clebermelo@leiloespb.com.br).

**DISPONIBILIZAÇÃO DE BENS:**

No primeiro dia útil do mês de **JULHO de 2017, às 12:00 horas**, os bens a seguir transcritos serão disponibilizados para expropriação na modalidade de Alienação por Iniciativa Particular, cujas condições são as seguintes:

- Os bens, tanto móveis, quanto imóveis, nesta modalidade, poderão ser adquiridos de forma parcelada e com base no valor da avaliação;

- Os bens com valor inferior ou igual a R\$ 5.000,00 deverão ser pagos à vista;

Aqueles cujo valor for superior poderão ser pagos em, no máximo, 10 parcelas.

- A melhor proposta será publicada no sítio do Projeto Negócio legal, no primeiro dia útil após o encerramento do prazo para o recebimento da mesma, e o sinal deverá ser depositado no prazo de 48 horas após;
- Não sendo depositado o sinal pelo detentor da melhor proposta, esta será descartada e serão convocados os proponentes representantes da segunda e, caso necessário, da terceira melhor proposta, caso em que serão notificados os proponentes e o executado.

Os bens que não forem vendidos na modalidade de Alienação por Iniciativa Particular serão automaticamente disponibilizados para expropriação na forma de Leilão Permanente e ficarão disponíveis no sítio pelo prazo mínimo de 12 meses.

A cada último dia útil do mês serão fechados os lanços até então oferecidos, até as 14:00 horas.

Caso inexista(m) lanço(s) ou não haja(m) lanço(s) válido(s), os bens permanecerão disponíveis, automaticamente, no mesmo *site*, independentemente de nova publicação ou notificação editalícia.

Para a modalidade de Leilão Permanente, são válidas as seguintes condições de alienação:

- Os bens móveis deverão ser pagos à vista e por quantia igual ou superior ao valor do lanço mínimo, que é de 20% (vinte por cento) do valor da avaliação;
- Os bens imóveis poderão ser pagos em, no máximo, 10 parcelas, sendo que o valor de cada parcela não poderá ser inferior à 10% do valor da avaliação do bem, podendo a arrematação ocorrer por valor igual ou superior ao valor do lanço mínimo de 40% (quarenta por cento) do valor da avaliação, o qual será divulgado no sítio eletrônico [www.negociolegal.trt13.com.br](http://www.negociolegal.trt13.com.br).
- A melhor proposta será publicada no sítio do Projeto Negócio Legal, no primeiro dia útil após o encerramento do prazo para o seu recebimento, e o respectivo sinal deverá ser depositado no prazo de 48 horas após;
- As propostas serão encerradas no último dia útil de cada mês;
- Não sendo depositado o sinal pelo detentor da melhor proposta, esta será descartada e serão convocados os proponentes representantes da segunda e, caso necessário, da terceira melhor proposta, caso em que serão notificados os proponentes e o executado.
- Findos os prazos previstos nos itens anteriores, e inexistindo remição, a melhor proposta recebida será anexada aos autos pelo leiloeiro oficial, para análise do juiz, e, ato contínuo será lavrado o Auto de Arrematação que será assinado pelo juiz e pelo arrematante e, se presentes, o credor e o executado.
- Expedido ao Auto de Arrematação e, transcorrido o prazo para Embargos, lavrar-se-á a Carta de Arrematação ou o Mandado de Entrega.

#### **ADVERTÊNCIAS:**

- O leilão será realizado na forma exclusivamente eletrônica. Os licitantes que desejarem participar do leilão realizado na forma eletrônica deverão aderir às regras do Sistema de Leilão Eletrônico, que foram divulgadas no site do TRT da 13ª

Região ([www.trt13.jus.br](http://www.trt13.jus.br)) e publicadas no Diário Eletrônico por meio de Ato da Presidência;

- Fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente, caso não seja possível o encerramento no mesmo dia;
- Toda vez que um lance é ofertado durante os últimos três minutos para o fechamento da alienação, será concedido tempo extra retroagindo o cronômetro disponível a três minutos do encerramento, de forma a permitir que todos os interessados tenham tempo hábil para ofertar novos lances.
- Ficam ainda científicas as partes e demais interessados que, do valor da arrematação serão acrescidos 5% em prol do leiloeiro oficial nomeado, ficando esse ônus a cargo do arrematante, sem prejuízo do valor total da arrematação;
- Os lances ofertados são irrevogáveis e irretráveis. O licitante é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ ou cancelados em nenhuma hipótese.
- Se o arrematante ou seu fiador não pagar o preço no prazo estabelecido, o juiz impor-lhe-á, em favor do exequente, a perda da caução ou da parcela, voltando os bens a nova alienação judicial eletrônica, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos (art. 695 CPC).
- Vale acrescentar que os pagamentos não efetuados, no ato da alienação judicial, aplicar-se-á ao(s) arrematante(s) faltoso(s) as penalidades da Lei, que prevê, no caso de inadimplência, a denúncia criminal e a execução judicial contra o mesmo, além da perda da comissão do leiloeiro (Art. 39º do Decreto 21.981/32). Assim, aquele que ofertar lance e alegar não ter, no ato, cheque ou dinheiro, estará sujeito às penalidades previstas no art. 358 do Código Penal: *“Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem; Pena- detenção de dois meses a um ano, ou multa, além de pena correspondente à violência”*.
- Deverá o leiloeiro oficial dispor de todos os lances captados durante o evento, permitindo que, caso o arrematante fique inadimplente(remisso) ou faça uso da faculdade da desistência da arrematação, prevista no art. 746, § 1º e 2º do CPC, o juiz ao seu livre alvedrio, no intuito de aproveitar os atos praticados no leilão, poderá convocar os demais ofertantes subsequentes para que demonstrem seu interesse em prosseguir na execução na condição de arrematante.
- Não é possível remir o bem após a arrematação em face da revogação do artigo 788 do CPC pela lei 11382/06, sendo matéria disciplinada atualmente pelo art. 651 do CPC: *“Antes de adjudicados ou alienados os bens, pode o executado, a todo tempo, remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios”*.
- Os casos omissos serão resolvidos pelo juízo de execução.
- As partes ficam por este Edital intimadas. Não sendo possível a intimação de praxe (Art. 24 do Prov. TRT SCR nº 07/91 de 05/11/1991);
- Ficam intimados do presente Edital o(s) executados(s) através de seu(s) representante(s) legal(is), e tratando-se de bens imóveis seu(s) cônjuge(s), se casado(s) for(em), e eventuais ocupantes: credores com garantia real ou com penhora anteriormente averbada: os senhorios diretos, os enfiteutas, bem como os alienantes fiduciários; caso não tenham sido encontrados para a intimação pessoal da penhora, da constatação e da reavaliação de bens realizada e acerca do leilão designado;

- No caso de arrematação de bens imóveis, as dívidas relativas a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse da coisa, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou as contribuições de melhoria, não serão transferidos aos arrematantes, subrogando-se no preço da arrematação.

11.1. Também não será transferido ao arrematante eventual ônus relativo à hipoteca sobre o bem imóvel, conforme art. 1.499, VI, do Código Civil.

11.2. Não estão incluídos no rol das dívidas mencionadas no artigo anterior, as quais ficarão a cargo do arrematante:

I - as eventuais despesas de condomínio e outras obrigações civis referentes ao imóvel, tais como foro e laudêmio, etc.;

II - as despesas cartorárias de transferência e desmembramento, bem como o Imposto de Transferência de Bens Imóveis – ITBI;

III - os débitos de INSS constituídos em razão da construção ou reforma do bem, de obras concluídas ou em andamento, desde que devidamente averbados do Registro de Imóveis competente;

IV - as eventuais despesas relativas à restrição imposta por zoneamento ou uso do solo, inclusive aquelas decorrentes da Legislação Ambiental;

V – os débitos relativos a contrato de alienação fiduciária, em que o imóvel conste como coisa garantidora.

VI - demais despesas referentes a alvarás, certidões, escrituras e registros, bem como averbação de edificações e benfeitorias eventualmente irregulares, incluindo, ainda, débitos relativos à regularização da denominação do logradouro e numeração predial junto aos órgãos competentes, conforme o caso.

11.3. Se o imóvel for arrematado durante a locação, o arrematante poderá denunciar o contrato, com o prazo de noventa dias para a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel. A denúncia deverá ser exercida no prazo de noventa dias contado do registro da venda, presumindo-se, após esse prazo, a concordância na manutenção da locação, tudo nos termos do art. 8º, caput e § 2º, da Lei 8.245/91.

11.3.1. Qualquer controvérsia ou conflito que se estabeleça entre o arrematante e o locatário do bem arrematado não será dirimido pela Justiça do Trabalho, a qual não possui competência material para tanto.

- No caso de arrematação de veículos automotores (automóveis, motocicletas, embarcações, aeronaves e similares), os impostos sobre a propriedade da coisa não serão transferidos ao arrematante, subrogando-se no preço da arrematação. Também não serão transferidas ao arrematante as dívidas referentes a multas pendentes, que são de responsabilidade pessoal do proprietário anterior.

12.1 Não estão incluídas no rol das dívidas mencionadas no caput do presente artigo as despesas de transferência, inclusive de natureza tributária e os débitos decorrentes de contrato de alienação fiduciária que ficarão a cargo do arrematante.

12.2. No caso de arrematação de outros bens móveis, o arrematante não será responsabilizado por qualquer dívida e ônus constituídos antes da arrematação, salvo aqueles relacionados à transferência dos bens, inclusive de ordem tributária conforme o caso.

- Fica reservado a esta Justiça Especializada o direito de não alienar, no todo ou em parte, os bens cujos preços forem considerados inferiores ao preço de mercado, independente do valor do lance inicial do arrematante, bem como alterar as condições deste Edital, suas especificações e quantidade dos bens passíveis de leilão, além de alterar quaisquer documentos pertinentes à presente licitação;
- Caso, por algum motivo alheio à vontade do licitante, a arrematação não se confirme, o valor total pago, inclusive a comissão do leiloeiro, será devolvido devidamente corrigido;
- Quaisquer esclarecimentos, bem como cópias de Edital dos bens a serem leiloados poderão ser obtidos com o leiloeiro oficial;
- Poderá haver, a qualquer tempo a exclusão de bens do leilão, independente de prévia comunicação.

#### **DOS BENS:**

1. Os bens poderão ser arrematados individualmente ou por lote, a critério do juízo, pelo maior lance ofertado, o qual também será apreciado pelo Juízo;
  2. Na hipótese de oferta de lance para pagamento parcelado, quando possível, não serão admitidas parcelas inferiores a 1/10 do valor da avaliação do bem, podendo este ser parcelado em no máximo 10 vezes contando o sinal de 30% (trinta por cento);
  3. No caso de bens imóveis, as dívidas pendentes de IPTU e Taxas Municipais, anteriores à data da imissão de posse, não serão transferidas ao arrematante, que arcará com eventuais despesas de condomínio e outras obrigações civis referentes à coisa, tais como ITBI e despesas cartorárias para registro da Carta de Arrematação;
  4. Os bens móveis encontram-se sob a guarda da parte executada ou do leiloeiro oficial;
  5. No caso de bens automotores (veículos, motocicletas, embarcações, aeronaves), o arrematante não arcará com os débitos de impostos sobre a propriedade, eventualmente existentes antes do leilão, nem com as multas pendentes, que são de responsabilidade pessoal do proprietário anterior, respondendo, porém, com as taxas de transferência;
  6. Quanto aos demais bens, quaisquer dívidas e ônus anteriores ao leilão não serão transferidos ao arrematante;
- A entrega dos bens arrematados ocorrerá, necessariamente, na comarca da origem do processo judicial.

#### **QUEM PODE ARREMATAR:**

- 1.

1. Todas as pessoas físicas capazes e as pessoas jurídicas regularmente constituídas podem participar do leilão, e, para tanto, devem aderir às regras de cadastramento e participação regulamentadas por meio do ATO TRT GP-280/2008, bem como aquelas disponíveis no sítio eletrônico [www.negociolegal.trt13.com.br](http://www.negociolegal.trt13.com.br).
2. A identificação das pessoas físicas será feita através de documento de identidade e do cadastro de pessoas físicas (CPF);
3. As pessoas jurídicas serão representadas por quem o Estatuto ou Contrato Social indicar, devendo portar comprovante de CNPJ ou CGC e cópia do referido ato atualizado;
4. Todos poderão fazer-se representar por procurador com poderes específicos e com a devida identificação do outorgante, com reconhecimento de firma;

#### **DA RELAÇÃO DOS BENS PENHORADOS:**

##### **LOTE 01**

**PROCESSO N.º 0000608-03.2016.5.13.0017**

**EXEQUENTE: DAMIANA BOZANIA SOUZA**

**EXECUTADO: JOSE FERREIRA**

UM VEÍCULO SIENA EL FLEX, CINZA, 2011/2011, PLACA NQG 5075, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM APARELHO DE SOM, BANCADA EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM 54.154 KM MARCADOS NO PAINEL, AVALIADO EM R\$ 24.000,00;

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

##### **LOTE 02**

**PROCESSO N.º 0130220-28.2015.5.13.0017**

**EXEQUENTE: ADENORA GONCALVES DE ASSIS**

**EXECUTADO: SERVCON CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA**

02 (DUAS) BETONEIRAS AVALIADAS EM R\$ 3.500,00;

01 (UMA) MULTIFUNCIONAL OFFICEJET PRÓ 8610 HP, AVALIADA EM R\$ 1.500,00;

01 (UMA) TV LG 42" LED, AVALIADA EM 1.500,00;

01 (UM) APARELHO DE AR CONDICIONADO SAMSUNG 9.000 BTU's, AVALIADO EM R\$ 1.500,00

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

O presente Edital será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, ficando desde já os executados, credores e terceiros interessados intimados do leilão eletrônico.

Eu, Francisco José Rocha Pereira, Diretor de Secretaria, digitei e subscrevi e vai devidamente assinado pelo Juiz do Trabalho da Vara do Trabalho de Cajazeiras-PB.

**CLÁUDIO PEDROSA NUNES**

**Juiz do Trabalho**



Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a:  
**[CLAUDIO PEDROSA NUNES]**



17060707324623200000005545734

<https://pje.trt13.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>